

“EU ESCUTO
LADO BOM!” UM ESTUDO
SOBRE MULHERES RURAIS
DO SERTÃO PERNAMBUCANO
QUE ENFRENTAM
JULGAMENTOS
AMPLIAM DESEJO
PARTIR DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

“EU ESCUTO O
LADO BOM!” UM ESTUDO SOBRE
MULHERES RURAIS DO SERTÃO
PERNAMBUCANO QUE ENFRENTAM
JULGAMENTOS E AMPLIAM
DESEJOS A PARTIR DA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

LORENA LIMA DE MORAES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

“EU ESCUTO O LADO BOM!” UM ESTUDO SOBRE MULHERES RURAIS DO SERTÃO PERNAMBUCANO QUE ENFRENTAM JULGAMENTOS E AMPLIAM DESEJOS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Resumo

As mulheres rurais estão organizadas desde a década de 1980 na luta pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho. No entanto, mesmo com a garantia de alguns direitos, participação e da luta pela identidade de trabalhadora rural, as mulheres esbarram frequentemente com o julgamento alheio que tem como base os padrões de gênero. O presente artigo tem como objetivo expor as percepções de mulheres rurais - lideranças políticas, em relação aos julgamentos de familiares e demais membros da comunidade sobre o seu modo de vida, pois, tais mulheres possuem um modo de vida que se organiza em torno das responsabilidades domésticas e familiares, produção agrícola e participação política – que exige constante mobilidade para além da comunidade rural. Além disso, ressaltamos as mudanças ocorridas nas vidas das mulheres provenientes das oportunidades adquiridas a partir da participação política e da participação em grupos de mulheres. Para a realização da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mulheres rurais de dois municípios do sertão pernambucano. Contudo, percebeu-se que a participação política se estabelece para além da esfera pública, impactando a vida privada das mulheres, proporcionando meios de quebrar as barreiras da invisibilidade, da subalternidade e da inferioridade proporcionadas pela dominação masculina. A participação política na vida das mulheres rurais se materializa como um caminho que aponta para o questionamento das relações de gênero, alterando o cotidiano familiar e os valores comunitários vigentes do meio rural.

Palavras-Chave: Mulheres rurais, participação política, empoderamento, esfera pública e privada.

I LISTEN TO THE GOOD SIDE!” A STUDY ON RURAL WOMEN FROM THE COUNTRYSIDE OF PERNAMBUCO WHO FACE JUDGMENTS AND AMPLIFY DESIRES FROM POLITICAL PARTICIPATION

Abstract

Rural women have been organized since the 1980s in the struggle for recognition and appreciation of their work. However, even with the guarantee of some rights, participation and the strive for the identity of a rural worker, women often face the judgment of others based on gender patterns. This article aims to expose the perceptions of rural women - political leaders, regarding the judgments of family members and other members of the community about their way of life, since such women have a way of life that is organized around the domestic and family responsibilities, agricultural production and political participation - which requires constant mobility beyond the rural community. In addition, we highlight the changes in the lives of women from opportunities gained through political participation and participation in women's groups. To carry out the research, semi-structured interviews were conducted with ten rural women from two municipalities in the countryside of Pernambuco. However, it has been realized that political participation is established beyond the public sphere, impacting women's private lives, providing a means of breaking the barriers of invisibility, subalternity and inferiority afforded by male domination. Political participation in the lives of rural women materializes as a path which points to the questioning of gender relations, altering the family daily life and the current community values of rural areas.

Keywords: Rural women, political participation, empowerment, public and private sphere.

“¡YO ESCUCHO EL LADO BUENO!” UN ESTUDIO SOBRE MUJERES RURALES DEL SERTÓN PERNAMBUCANO QUE ENFRENTAN JUICIOS Y AMPLIAN DESEOS A PARTIR DE LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA

Resumen

Las mujeres rurales están organizadas desde la década de 1980 en la lucha por el reconocimiento y la valorización de su trabajo. Sin embargo, aun con la garantía de algunos derechos, de participación y de la lucha por la identidad de trabajadora rural, las mujeres se enfrentan frecuentemente con el juicio ajeno basado en los patrones de género. El presente artículo tiene como objetivo exponer las percepciones de mujeres rurales -líderes políticas, en relación con los juicios de sus familiares y demás miembros de la comunidad sobre su modo de vida, pues, tales mujeres poseen un modo de vida que se organiza en torno de las responsabilidades domésticas y familiares, producción agrícola y participación política – que exige constante movilidad más allá de la comunidad rural. Además de esto, resaltamos las mudanzas ocurridas en las vidas de las mujeres a partir de las oportunidades adquiridas de la participación política y de la participación en grupos de mujeres. Para la realización de la investigación, fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con diez mujeres rurales de dos municipios del sertón pernambucano. Se percibió que la participación política se establece más allá de la esfera pública, impactando la vida privada de las mujeres, proporcionando medios para romper con las barreras de la invisibilidad, de la subalternidad y de la inferioridad proporcionadas por la dominación masculina. La participación política en la vida de las mujeres rurales se materializa como un camino que apunta al cuestionamiento de las relaciones de género, alterando el cotidiano familiar y los valores comunitarios vigentes en el medio rural.

Palabras-Clave: Mujeres rurales, participación política, empoderamiento, esfera pública y privada.

Endereço do autor para correspondência: Rua Doutor Ernane Cabral n. 9. Caldenária. Natal – RN. Cep: 59064-220.

llorenamoraes@gmail.com

INTRODUÇÃO

A organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, que iniciou dentro do movimento sindical, adquire uma nova fase com o surgimento de movimentos independentes, que atuam na luta da “conformação da mulher rural como ‘sujeito político’ fortalecendo suas demandas e suas práticas políticas” (Bordalo 2011:60).

O estado de Pernambuco possui uma história importante no cenário da participação política no Brasil. Pioneiro na organização de movimentos sociais em prol dos trabalhadores rurais, foi também neste estado que surge uma das primeiras organizações de mulheres rurais em 1982, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central (MMTR-SC).

As mulheres tiveram como motivação a reivindicação para serem identificadas como trabalhadoras rurais, o reconhecimento de sua profissão, de constituírem-se enquanto classe a fim de produzir força política nos espaços políticos, econômicos e sociais, além de estabelecerem uma identidade.

No entanto, a luta das mulheres para serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais não garante necessariamente mudanças estruturais nas relações de gênero, do mesmo modo que a entrada da mulher no mercado de trabalho não as tornam (imediatamente) mais independentes de seus maridos e autônomas politicamente. Ainda que saibamos que a ocupação crescente das mulheres em espaços na esfera pública não deixa de ser um passo para essas mudanças estruturais na nossa socie-

dade machista. Neste sentido, Paulilo afirma que, mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros (Paulilo 2004: 12).

Este estudo é parte da tese intitulada *Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano*, que foi realizada em duas comunidades rurais do Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco. Neste sentido, o presente artigo versa sobre a percepção de mulheres rurais lideranças políticas, em relação aos julgamentos de familiares e demais membros da comunidade sobre o modo de vida que elas levam. E ainda, ressaltamos como a participação política abre portas para que as mulheres vivenciem experiências e mudanças em suas vidas, que seriam impensáveis se estivessem restritas à esfera doméstica e aos padrões de gênero.

DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a coleta de dados, partiu-se de uma abordagem qualitativa, fazendo uso de observação participante em oficinas e seminários, promovidos pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) - organização não governamental feminista que atua no território junto aos grupos produtivos de mulheres¹ – em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NE-PPAS). Realizou-se ainda, entrevistas semiestruturadas com mulheres rurais que possuem mais de dez anos de participação política.

Para a realização da pesquisa, contamos com a participação de dois grupos de mulheres localizados no Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco, nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Mirandiba. A escolha destes grupos ocorreu devido à relação de empatia e confiança que se estabeleceu entre as mulheres e a pesquisadora, na ocasião da realização de atividades promovidas pela CMN e NEPPAS.

As mulheres foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: participar da sua organização desde o surgimento; ter forte atuação na organização; e participar ou já ter participado de outros espaços políticos (sindicato, associação, conselho), ocupando cargos de poder e decisão (direção, coordenação, presidência etc). O tempo de participação também se colocou como um importante critério para a escolha das entrevistadas, pois a pesquisa realizada para a tese de doutoramento recorreu às trajetórias de participação política para evidenciar as questões que elencam as relações de gênero intrafamiliares.

Diante dos critérios que atenderiam os nossos objetivos e outros que foram manifestados na aproximação com as mulheres, como os seus históricos de experiências participativas, escolhemos as mulheres entrevistadas a partir da indicação das próprias mulheres dos grupos. Foram elas que nos ajudaram a identificar quais mulheres se encaixavam no perfil que gostaríamos. Bem como no caso de Mirandiba, foi-nos sugerido entrevistar mulheres de diversas comunidades rurais que compõem o Fórum de Mulheres de Mirandiba², e

acatamos a sugestão. Além disso, para termos de privacidade, as mulheres alertaram que poderíamos identificar o município no qual elas residem, mas não a comunidade, para que dificulte que elas sejam reconhecidas.

As decisões coletivas são percebidas como fator que reforça o empoderamento das mulheres rurais frente à academia, afastando a ideia de reduzi-las a objeto de pesquisa e encará-las como sujeitos de conhecimentos, que possuem experiências, saberes e condições de construir a pesquisa conosco, nas decisões metodológicas e no compartilhamento de informações.

Apesar de entendermos a importância de evidenciar essas mulheres enquanto “atrizes sociais”, que possuem uma atuação e posição no espaço social e político a partir de suas histórias, projetos e experiências, optamos por não expor os nomes das mulheres, pois, em alguns momentos, foram relatadas situações da intimidade de suas vidas e, ainda, por vezes, envolvendo a família. Dessa forma, as mulheres estão identificadas com pseudônimos referentes aos nomes populares de plantas endêmicas da Caatinga³.

As entrevistas realizadas junto às mulheres de Santa Cruz da Baixa Verde ocorreram em suas residências, uma vez que todas moram na mesma comunidade, já no caso das mulheres de Mirandiba, as entrevistas ocorreram na Associação de Moradores, em um dia que elas já estavam no local para participar de uma atividade com a CMN. Estas mulheres moram muito distante uma das outras, em comunidades de

difícil acesso, por isso, aproveitamos esta oportunidade.

A VIDA PÚBLICA E POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS DIANTE DOS OLHOS DA COMUNIDADE: JULGAMENTOS COM BASE NOS PADRÕES DE GÊNERO

Entendemos por comunidade um grupo de pessoas localizado em área geográfica limitada, que interage a partir de instituições comuns e possui um senso de interdependência, integração e pertencimento (Elias & Scotson 2000; Oliveira 2011). As comunidades rurais onde habitam as mulheres da nossa pesquisa se caracterizam pelos grupos de vizinhança, relações de solidariedade e, principalmente, de parentesco.

Recorremos ao conceito de comunidade para explicitar as suas características e relacionar com as reações dos indivíduos sobre o comportamento das mulheres rurais (lideranças) que destoam do padrão esposa-mãe-dona de casa ao admitir outros papéis e diante da recusa de limitar-se aos espaços sociais e destinos que lhes foram pré-definidos (casa, grupo familiar e comunidade).

As comunidades rurais compartilham significados, valores, estabelecem laços sociais e um modo de vida. Dessa forma, as mulheres rurais relataram que, ao longo de sua trajetória participativa, elas foram alvo da circulação de fofocas e maus julgamentos, que chegava a interferir na sua família nuclear. No entanto, as fofocas, os maus julgamentos e desqualificações não são particularidades das comunidades de Mirandiba e Santa Cruz da Baixa Verde.

A literatura (Cordeiro 2010; Abreu & Lima 2010; Bordalo 2011; Jalil 2013) que versa sobre o processo de organização e participação das mulheres rurais nos movimentos sindicais, sociais e feministas menciona a preocupação das mulheres rurais sobre o risco de ficarem “faladas” ou mesmo apresentam depoimentos de mulheres assumindo que ficaram “faladas” em suas comunidades, por ultrapassarem os limites sociais estipulados às mulheres.

As mulheres rurais sertanejas confirmam a existência do controle moral em suas comunidades. Algumas mulheres, como Jurema e Aroeira, costumam dar satisfações, dizendo onde estavam e o que estavam fazendo, demonstrando certa preocupação em evitar comentários depreciadores.

““Oxe, aquela mulher só vive no mundo, só levando a cama pra onde ela vai...” Eu dizia “Não levo minha cama”. Mas tem gente que fica com um olhão. Às vezes, tem gente que vai chegando, a gente percebe assim, quando a gente vai saindo com uma bolsa... “Oxe, que que aquela mulher vai sair fora de casa, que que ela vai sair pelo mundo, deixar marido, deixar filho”. Já teve pessoas que olharam minha chegada e depois diz “já chegou em casa?”, e eu digo “estava em tal canto.” Às vezes pode pensar “aquela mulher só vive no mundo”, isso é uma curiosidade, pensando que a gente está fazendo coisa errada por aí, mas eu, como mulher adulta, tenho meu marido, meus filhos, não vou fazer coisa errada não, sei o que quero da vida” (Jurema).

“Não fala a mim mesma, mas eu sinto aquela coisa, diz “tu foi pra

onde?”, “fui pra uma reunião no Feijão.”, “é tanta reunião!”, aí eu digo o objetivo da reunião” (Aroeira).

O espaço público sempre foi atribuído aos homens, a eles sempre foi garantida a liberdade de ir e vir e poder circular em outros lugares, outras comunidades e municípios. No momento em que as mulheres começam a adentrar nesses espaços, dá-se um conflito social na comunidade. Como estratégias de controle social e moral sobre sua atuação política, as mulheres ficam “mal faladas” e viram alvo de fofocas nas comunidades rurais. Rosineide Cordeiro argumenta que as ordens morais de gênero, em torno da limitação da circulação nos espaços, apresentam-se como mais um dos diversos obstáculos que as mulheres rurais militantes se deparam em sua trajetória participativa.

“E a comunidade exerce vigilância para que assim continue, utilizando entre outros instrumentos, a fofoca. Ficar “falada”, ser alvo de comentários dos vizinhos e conhecidos, “não ser considerada uma mulher direita” são algumas das artimanhas que homens e mulheres utilizam para impor limites ao ir e vir das mulheres” (Cordeiro 2010:161).

A comunidade exerce vigilância moral sobre as mulheres inseridas nos espaços públicos e políticos, isso significa que, se elas não estão em casa, elas estão rompendo com os padrões sociais que regem as relações (desiguais) de gênero, nas quais se perpetua a divisão sexual do trabalho. Ou seja, as mulheres lideranças rurais, devido às suas atribuições e responsabilidades

políticas, precisam circular em diversos espaços e ultrapassam cotidianamente os limites do espaço doméstico, ameaçando a organização doméstica e familiar. Oiticica relata que é frequentemente questionada sobre as suas saídas de casa em relação às suas obrigações domésticas e, normalmente, são “as mulheres da comunidade” quem mais a interpela.

“Comentam, sempre tem aqueles que dizem “Uma pessoa com três filhos pequenos, marido pra cuidar, casa e tudo, ainda arruma tempo pra ir pra reunião, pra passar dia fora, num sei o que...” Eu num ligo muito, não. E ainda tem aqueles que dizem “Poxa, mas Oiticica tem força de vontade, porque pra ter aquele monte de preocupação que ela tem, ainda arruma tempo pra ir pra reunião, num falta uma reunião”. Porque é difícil eu faltar, tem os dois lados, né? Eu escuto o lado bom” (Oiticica).

Oiticica também afirma que algumas pessoas reconhecem o seu esforço, diante da sua realidade familiar e doméstica e de sua ativa participação nos espaços políticos e sociais. Ela diz que, diante das críticas, prefere assimilar apenas as palavras positivas de reconhecimento.

Já Catingueira levanta dois pontos interessantes. Ela também reconhece as críticas que recebe e os maus julgamentos da comunidade e afirma que isso é um problema para a sua mãe, que se preocupa “*com o que os outros vão falar*”. Assim, muitas vezes, os comentários depreciativos atingem mais os outros familiares do que a própria mulher.

Baraúna relata que, logo que começou a participar dos espaços políticos, as pessoas “*falavam dela*”, principalmente para o seu marido, com a intenção de provocar conflitos conjugais. Contudo, apesar de ele reclamar, nunca a impediu de sair de casa, mas se preocupava se alguém o visse fazendo as atividades domésticas no lugar de sua esposa. Aqui, a inversão dos papéis – mulher-público; homem-privado – aparece, de certa forma, negociada. Mas, perante a comunidade, é algo inaceitável a ser exposto, pois se trata de um rompimento muito rigoroso com os padrões de gênero que regem a divisão sexual do trabalho no meio rural e infringe a “honra” e a masculinidade do homem público, político e “de fora”.

“Falavam principalmente pra ele “Ah, sua mulher vai com outras pessoas, não sabe nem quem é, o que tá fazendo, deixa você aí cuidando da casa, cuidando dos filhos”. Aí ele começou a se trancar dentro de casa pra fazer as coisas. Porque ele sabe cozinhar, sabe lavar, sabe passar, sabe limpar a casa. A questão é passar uma pessoa e ver. Quando ele quer, ele faz. [...] Acredito que uma minoria ainda fale, mas acho que por eu sempre viajar, eles acham que eu que tenho que assumir esta responsabilidade e continuar viajando. Elas dizem “ela quem vai, ela quem sabe fazer isso”, mas eu tô mostrando que não, que todas nós sabemos e podemos” (Baraúna).

Outra questão que Catingueira ressalta é o seu próprio reconhecimento e valorização diante da importância po-

lítica e social da sua militância, pois é por meio da sua luta junto às suas companheiras que elas conseguem levar projetos sociais para a comunidade e acessar políticas públicas⁴. Nesse sentido, Imburana também relata que, a partir do momento que as pessoas da comunidade começaram a ver os resultados “concretos” do trabalho político das mulheres, elas passaram a ser mais respeitadas.

“O povo fala que é desocupada quem anda assim. Quem se preocupa muito é minha mãe. A mãe fala “Mulher, tu vai passar esse tanto de dia? Acaba com essa reunião, isso não tem futuro não”. O povo diz que isso é pra gente que não tem o que fazer. Só que quando adquire um projeto pra comunidade, não sabe como foi, pensa que o governo dá as coisas, é porque teve quem batalhasse!” (Catingueira).

“O primeiro projeto nosso foi da associação, foi de caprinos, que veio pra todos os associados. Quando chegon, fez a compra, dividiu e todo mundo ficou feliz, alegre. Aí, depois veio o segundo, que foi do Fórum com a Casa da Mulher do Nordeste. Foi um projeto de galinhas, aí ficaram mais animados. Já tem esse outro do fogão e esse outro da ATER⁵. Aí pronto, ninguém diz nada, tá é doído pra participar” (Imburana).

Izaura Fischer constata que as mulheres pagam um preço alto diante do seu “desvio de identidade” – da mulher recatada, caseira e passiva – mesmo obtendo conquistas materiais para a família e para a comunidade por meio dos movimentos que participam.

“Estão inseridas no conservadorismo do mundo rural em que romper os preconceitos pode custar perdas de apoio, de afetividade, de

amizade e de relacionamento que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais. As mulheres [...] confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade” (Fischer 2006:16).

O rompimento com as regras sociais provoca mudanças, no entanto, não há mudança sem rupturas, e as relações sociais estão impregnadas de valores que são continuamente reelaborados pela sociedade (Jalil 2013).

As mulheres rurais sertanejas afirmaram que, no início da sua trajetória de participação política, os comentários eram mais frequentes e numerosos, com o passar dos anos, a comunidade passa a se acostumar, pois a movimentação de mulheres se torna mais frequente na Associação, além de que os resultados de sua mobilização política se tornam “concretos” por meio de benfeitorias materiais, o que acaba agregando outras mulheres aos grupos. Em conversas informais durante uma oficina, uma das mulheres confessou que sua mãe sempre a convidava para as reuniões, mas ela só entrou no grupo depois que viu a sua mãe ser beneficiada por um projeto executado por uma ONG.

Os comentários que controlam a mobilidade das mulheres rurais nos espaços sociais não se extinguíram, contudo, para as mulheres lideranças, não chegam a ser um fator de impedimento para a sua participação, mas é válido lembrar que para a maioria das mulheres rurais, que ainda não se encontra em processo de empoderamento, a

desaprovação coletiva e familiar pode ser um empecilho para a participação política.

AS PORTAS DA VIDA QUE SE ABREM A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

As mudanças que ocorreram nas vidas das mulheres rurais ao longo da sua trajetória participativa são inúmeras. Contudo, no que se refere à questão da divisão sexual do trabalho, o processo das transformações na organização doméstica se dá de maneira mais lenta, no entanto, as próprias mulheres reconhecem pequenas mudanças nas relações familiares. O empoderamento se estabelece por meio de um processo e, diante dos costumes e valores arraigados em nossa cultura ocidental e machista, que perpetua valores essencialistas – principalmente no que tange o meio rural -, quebrar as regras sociais não se trata de uma tarefa fácil.

O depoimento de Aroeira é uma reflexão sobre o quanto ela avançou, mas também o quanto precisa avançar e o que gostaria que fosse modificado em sua relação conjugal. Ela vê a separação (do marido) como uma forma de romper com as desigualdades nas relações de gênero dentro do seu lar.

“Aroeira: Mudou o poder, que eu tenho mais autonomia. De 100%, mudou 70%, ainda tem 30 que eu não conquistei ainda.

Lorena: Em relação a quê você acha que tem de conquistar?

Aroeira: Em relação ao esposo.

Lorena: Na relação, na negociação?

Aroeira: Sim, porque assim: eu que-

ria que as tarefas fossem divididas, no dia que eu saísse, ele fizesse. Ele ainda tem aquele preconceito que o homem não é pra fazer coisa de casa, quem tem que fazer é a mulher, o homem não é pra lavar roupa, quem tem que lavar é a mulher. Eu tenho que lavar roupa no domingo, porque tanto eu trabalho na horta de manhã, aguo as plantas [...]”. E também a questão das despesas de casa, que não é dividida. Ele acha que porque trabalha na roça, não tem um emprego fixo, não tem obrigação de ajudar e que como eu recebo o Bolsa Família, que é no meu nome e que é pra família, ele pensa que já tá dando a parte dele. Eu não sei se vou viver muito tempo com ele por causa disso, porque se ele não mudar, não sei até quando vou aguentar”.

No entanto, destacamos as mudanças que aparecem com mais frequência nos depoimentos das mulheres rurais e tais mudanças se referem à liberdade, autoestima, novos vínculos interpessoais, o acesso e interesse por novos conhecimentos, sentem-se mais inteligentes, mais “desenvolvidas”, o acesso às políticas públicas e à aquisição do poder da fala e de liderança.

“Abriu tantos horizontes... Eu acho que eu não consigo mais parar, abriu uma sede de estar participando, de estar adquirindo conhecimentos, melhorou muito a questão em relação à minha família, de compreender as outras mulheres, a questão de ter mais argumento pra deixar as pessoas mais informadas, me deixou mais empoderada pra abrir discussão com qualquer homem, pra explicar essa questão das mulheres, dos direitos das mulhe-

res, mudou bastante, porque eu já tinha perdido a minha autoestima de voltar a estudar” (Baraúna).

“Aí depois que a gente entrou nessas reuniões de associação, essas ONG, essas que a gente participa, aí foi o tempo que eu fiquei mais desenvolvida, foi muito bom pra mim, eu tive muitos conhecimentos, comecei a fazer amizade com muitas pessoas, muita gente maravilhosa. Hoje eu me sinto feliz! Eu nunca me arrependo de ter entrado nessas coisas. Mudou muito, muito, muito” (Mandacaru).

Participar dos espaços públicos e políticos implica em adotar posturas, comportamentos e compartilhar códigos não convencionais para “a mulher rural”, pois, a lógica da unidade familiar camponesa reproduz uma estrutura conservadora, heteronormativa e machista, estabelecendo papéis que ressaltam a importância do homem no cerne da família (e representante do grupo familiar no espaço público) e a posição submissa e desvalorizada das atividades femininas (Paulilo 2004; Carneiro 1994; Brumer 2004). Assim, participar desses espaços numa posição de representação e de liderança é ainda mais desafiador para as mulheres. Neste sentido, Jurema conta que, mesmo com muita vergonha de falar, assumiu cargos de decisão nos espaços em que participa e hoje ela se percebe “mudada” diante de suas experiências participativas.

“Ah, mudou muita coisa, eu tinha vergonha de falar, hoje eu chego, falo em público e era presidente, dava reunião e também fui secretária, escrevia tudo, lia a ata lá na

frente, tinha vergonha de ler lá na frente, era matuta, que nem diz a história. E, depois, fui a tesoureira e me desenvolvi muito bem. Eu achei que foi uma experiência de vida pra mim, me ensinou muita coisa” (Jurubema).

Jurubeba relembra a sua timidez e hoje incentiva as outras mulheres a se expressarem oralmente nos espaços públicos e políticos.

“Mudou muito, mudou bastante. Em termos da pessoa falar. A pessoa é tímida, às vezes, não falava porque pensava que estava falando errado. Então, hoje em dia é assim, se a pessoa tiver falando errado, tem alguém que aconselhe, que diz “não faz assim, é assim”, então a gente vive pra dar conselho um ao outro” (Jurubeba).

Percebemos que os relatos referentes ao “poder de fala” adquirido com sua experiência e trajetória participativa é algo muito relevante para as mulheres rurais, pois elas passam a ter mais segurança ao expressarem as suas opiniões e ideias nos espaços públicos. Cordeiro (2010) afirma que o “poder da fala”, no qual nos referimos, envolve reconhecer que há um modo de falar e esse modo se aprende, implica em adquirir repertórios linguísticos e superar o medo de falar errado. Baraúna reconhece a sua “evolução” diante da fala e mostra segurança e empoderamento ao identificar que, às vezes, é testada por seus companheiros e, assim, é necessário que esteja preparada para a argumentação e decisão.

“Mudou. Eu ganhei mais conhecimento, mais poder de fala. Mas, algumas coisas viraram contra mim,

coisa pra me testar, pra ver mesmo se eu tô fortalecida nas minhas decisões” (Baraúna).

As mulheres se veem no processo da participação enquanto sujeitos de direito, ocupam espaços públicos e políticos, em sua maioria, não se inibem ao se expressarem – mesmo que algumas companheiras ainda esbarrem nessa dificuldade, que faz parte de um processo histórico de permanência da mulher no âmbito privado, de dedicação às tarefas domésticas, que limitavam seu poder de negociação, expressão oral e contestação – ocupam cargos de direção, nos quais atuam, abrem-se para adquirir novos conhecimentos, novas informações por meio de cursos, intercâmbios (de experiências agrícolas), capacitações, ingresso na universidade etc.

O grau de escolaridade das lideranças rurais da nossa pesquisa varia do Ensino Fundamental incompleto até o Ensino Superior. A baixa escolaridade entre as mulheres rurais (em geral) é uma realidade. A participação em espaços públicos e políticos aguça o desejo das mulheres rurais de aprender, adquirir os mais diversos conhecimentos. Acima, Baraúna afirma que voltou a estudar depois que começou a participar dos espaços políticos e o mesmo acontece com Quixabeira.

“[...] Quando eu comecei a participar desses espaços, por exemplo, até mesmo a formação do grupo, essas capacitações que eu participava, seminários e tudo, abriu mais minha mente pra questão de ingressar numa universidade, eu não tinha, assim, esse pensamento. Eu

achava “não, vou terminar o Ensino Médio e vou ver o que vou fazer.” Não tinha tanto esse pensamento voltado pra uma universidade. Quando eu fui participando, vendo aquelas coisas, aí foi abrindo minha mente pra ingressar em um Ensino Superior. E foi a partir daí que eu tive esse interesse. É enriquecedor, muitas coisas que a gente faz, muitos acham besteira e tudo, só que pra gente é de extrema importância, depois a gente vai ver que é muito importante” (Quixabeira).

Dentre as formas de adquirir conhecimento, por meio das articulações dos grupos de mulheres, das parcerias com as ONGs e sindicatos, as mulheres têm a oportunidade de participar de diversos cursos de capacitação agrícola e não agrícola. Para lembrar o processo histórico de participação das mulheres, este era um ponto de reivindicação, pois os cursos de capacitação técnica eram voltados somente para os homens (Cappellin 1989; Silva & Portella 2010). As mulheres não recebiam incentivos para participar de cursos de capacitação, pois sequer eram reconhecidas como trabalhadoras.

Jurema também ressaltou a importância e mudança na sua vida decorrentes dos cursos de formação e capacitação que participou e destaca o curso sobre gestão da água, que é uma das atividades do Programa Um Milhão de Cisternas⁷ (P1MC). Ela afirma que esses cursos foram fundamentais para a melhoria de sua produção agrícola, que fez com que ela aumentasse sua renda e melhorasse a qualidade de vida da família, além de possibilitar o acesso às

políticas públicas. Imburana destacou o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸ e à Assessoria Técnica Rural (ATER), no que tange à oportunidade de alcançar autonomia econômica e política por meio das políticas públicas.

“Mudou, que antes a gente não sabia como trabalhar em horta, teve capacitação, a gente aprendeu, fez a horta, vendeu muito e, pra mim, deu tudo certo. A gente começou a vender pro PAA, foi lá onde a gente teve acesso de comprar as coisas que não tinha, comer melhor, dormir melhor também, foi bom” (Imburana).

Os grupos de mulheres, especificamente, assumem a responsabilidade de empoderar as mulheres, fortalecendo a sua autoestima, mas também levando informações que lhes são preciosas, que questionam as relações com os companheiros no que se refere às políticas públicas. Assim, Aroeira relembra das atividades do grupo de mulheres que faz parte, ao deixar explícitos os direitos das mulheres e fazer com que elas compreendam isso.

“O [dinheiro] da escola ele não ficava, mas ele sempre dizia assim “vamos comprar uma ovelha, vamos comprar aquilo”. E o Bolsa Família ficava com ele. Aí, depois das reuniões, que sempre batia na mesma tecla: o Bolsa Família é um direito da mulher, por isso tá no nome da mulher, então elas têm que dominar esse dinheiro, fazer as compras de casa, mas é da mulher!” (Aroeira).

Diante do depoimento de Aroeira, ainda identificamos uma questão típica

nas relações de gênero da população rural: “quem decide o destino da renda”. Ela afirma que, até participar dos grupos de mulheres, ela repassava o recurso do Bolsa Família para o seu marido. Os estudos acerca das relações de gênero da população rural têm levantado a questão do domínio da renda. Os homens, por serem aptos a circular nos espaços públicos, possuem o poder de decisão em relação aos gastos e ao consumo familiar.

Entretanto, essa questão só apareceu no depoimento de Aroeira e ela reconhece que é algo que ficou no passado, pois, com o apoio das suas companheiras, agora ela tem a compreensão que esse recurso é um direito das mulheres – que são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo familiar. Cinco mulheres afirmaram que a decisão do emprego da renda familiar é feita em conjunto com o marido e as demais, afirmaram que elas decidem sozinha o destino da renda familiar. Como se trata de um grupo específico, não identificamos conflitos intrafamiliares em relação ao destino da renda. Algumas mulheres relataram que elas ficam com o dinheiro do Bolsa Família e com o recurso decorrente do que vendem na feira e o seu companheiro com a diária do trabalho na roça, mas, no final, todo esse recurso se volta para o autoconsumo familiar.

As mulheres estão se instrumentalizando e aderindo as suas próprias formas de produção, que vão além do sentido economicista do mercado e que reforçam as estruturas do capitalismo e do machismo. Por meio dos cursos de capacitação, sobretudo, aqueles realiza-

dos pelas ONGs feministas e pela universidade, afirmam a importância da produção voltada para a economia solidária, para a propagação das relações sociais entre as mulheres, a valorização dos elementos culturais e, principalmente, o reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras.

Para finalizar, as viagens aparecem como um ganho fundamental para a vida das mulheres, além de elas conhecerem novas pessoas, conhecem novos lugares, circulam por espaços que vão muito além de suas comunidades rurais. As viagens que as mulheres fazem decorrentes das oportunidades proporcionadas pelos espaços de participação são relatadas com muita satisfação.

“Mudou tudo, porque antes eu não sabia, não conhecia de nada, não assistia reunião, não viajava, não tinha liberdade pra viajar e, hoje, eu já faço tudo isso. Pra mim, foi um ponto positivo na minha vida, mudou tudo” (Imburana).

As viagens requerem ainda mais disponibilidades de tempo das mulheres, requerem negociações e estratégias mais cautelosas com a família, mas elas afirmam que não deixam de ir, somente se o motivo for doença⁹. Assim, as mulheres ultrapassam os limites das suas comunidades, participam de eventos e feiras em outros municípios, de seminários e congressos em outros estados e até intercâmbios em outros países.

A participação política das mulheres provoca transformações em diversos âmbitos da vida, além das práticas políticas e das lutas coletivas que garantem acesso às políticas públicas e às

informações que podem beneficiar a comunidade. A participação provoca principalmente mudanças e reconfigurações nas relações intrafamiliares e de gênero. As mulheres não negam que não existam conflitos em casa e na comunidade, mas, diante de seu processo de empoderamento, elas não deixam de se deslocar para buscarem os seus interesses políticos e pessoais.

A saída para a participação política abre novas portas da esfera pública, as mulheres ampliam seus conhecimentos, seus interesses e seu desejo por transformações. Assim, elas rompem a “cerca” doméstica e se veem com liberdade e capacidade para estudar, trabalhar, viajar e conhecer novas pessoas. Essas mulheres, lideranças rurais, possuem uma trajetória política e estão em processo de empoderamento e não cabem mais nos limites da esfera privada, pois elas “*não conseguem mais parar de participar!*”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que essas mulheres possuam uma trajetória participativa construída ao longo de dez ou mais anos, percebeu-se que a transição da esfera privada para a esfera pública ainda acontece sob comentários depreciativos e desconfianças provenientes tanto dos familiares como dos membros da comunidade rural, com o intuito de controlar os limites de mobilidade das mulheres. Apesar disso, foi constatado, tanto em relação às mulheres por nós entrevistadas como na pesquisa da Marcha das Margaridas, que a maioria das mulheres rurais que estão nos es-

paços de participação é casada e possui mais de dois filhos, ou seja, o seu estado civil e a condição de mãe não impedem as mulheres de adentrarem na esfera pública e política.

Assim, percebemos um paradoxo, pois as mulheres rurais são criticadas e, por vezes, impedidas por seus familiares de participarem dos espaços públicos e políticos, no entanto, aquelas que participam, tomam conhecimento da luta política por seus companheiros, pais, irmãos e outros familiares e, ainda assim, a sua circulação na esfera pública não ocorre de maneira totalmente aceitável. O rompimento das mulheres rurais com as estruturas que definiram o seu papel na sociedade é um processo conflitivo e lento, que é construído paralelamente ao seu processo de empoderamento, e não dispõe de apoio daqueles que serão prejudicados com a reorganização de tarefas e responsabilidades.

Percebemos que o processo de empoderamento acontece de maneira coletiva e que os espaços políticos de participação destinados às mulheres atuam como local onde este processo se constrói e se estabelece. As relações de poder, de opressão e de submissão passam a ser reconhecidas como tal e deixam de reger a vida das mulheres de forma neutra ou natural, pois, mesmo aquelas mulheres que reconhecem permanecer em situação de submissão, passam a identificar tais situações e refletem em busca de mudanças para as suas vidas.

A saída do privado para o público provoca transformações na vida das

mulheres no retorno do público para o privado, não somente nas relações intrafamiliares, mas principalmente na autoestima e na construção da autonomia das mulheres. A dinâmica participativa, que requer uma linguagem, posicionamentos e comportamentos específicos para encarar os demais companheiros e situações de disputa política, concede às mulheres novos posicionamentos também no ambiente doméstico. Pois as mulheres afirmam que antes da experiência participativa não tinham coragem para questionar, enfrentar e negociar com seus maridos.

A participação política é um exercício democrático que se estabelece para além da esfera pública, impactando a vida privada das mulheres, proporcionando meios de quebrar as barreiras da invisibilidade, da subalternidade e da inferioridade proporcionadas pela dominação masculina. A participação política na vida das mulheres rurais se materializa como um caminho que aponta para o questionamento das relações de gênero, alterando o cotidiano familiar e os valores comunitários vigentes do meio rural.

A participação política proporciona sonhos, desejos e conhecimentos que as mulheres rurais sequer pensavam que poderiam desejar e alcançar. A participação política tem alterado os indicadores referentes à escolaridade das mulheres. A participação política influencia a vida privada das mulheres rurais na medida em que abre diversas janelas da esfera pública, deixando claro que a esfera privada não é o único

espaço em que as mulheres podem transitar e sequer é um espaço exclusivo das mulheres.

NOTAS

¹ Os grupos produtivos de mulheres são espaços que propiciam o rompimento da invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres rurais, possibilitando uma renda monetária (ainda que seja modesta) e acesso à capacitação e à comercialização. Esses grupos também possibilitam a saída de casa, a socialização das mulheres com outras mulheres, o compartilhamento de experiências, o fortalecimento político e de autoestima, contribuindo para a construção da autonomia nas dimensões econômica, cultural, social e política.

² O Fórum de Mulheres de Mirandiba é um espaço composto por uma média de 30 mulheres rurais (que participam diretamente) de quatro comunidades, sendo duas comunidades quilombolas e uma indígena. O Fórum surge com a finalidade de resgatar a autoestima das mulheres e incentivar e apoiar a participação política nos movimentos locais e sociais. Contudo, ao longo da trajetória do Fórum, este foi adotando estratégias de ação produtiva junto às mulheres.

³ As espécies escolhidas para nomearem as mulheres entrevistadas foram: Caroá, Mandacaru, Aroeira, Imburana, Catingueira, Oiticica, Baraúna, Jurema, Jurubeba e Quixabeira.

⁴ Em conversas durante as oficinas, uma das mulheres relatou que não é qualquer projeto que chega à comunidade que é bem vindo. Em um projeto do INCRA para a população quilombola, elas questionaram o tamanho e a disposição dos cômodos das casas que seriam construídas nas comunidades, pois, de acordo com a orga-

nização familiar, aquele “modelo pronto” não atendia à realidade daquela população. Tal reivindicação foi feita e alcançada. Isso demonstra o grau de empoderamento dessas mulheres, pois, além de elas travarem uma “batalha” em casa, na comunidade e nos espaços mistos para se posicionarem, elas também questionam os gestores públicos e não aceitam qualquer projeto ou política pública.

⁵ O Programa de Organização Produtiva de Mulheres e Ater para Mulheres Rurais, entre 2008 e 2010, apoiou 148 projetos, beneficiando mais 79 mil mulheres e suas organizações produtivas, redes e articulações. As chamadas públicas foram realizadas em parcerias com MDA, Incra, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Pesca e Aquicultura e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Os convênios com organizações feministas para ampliar e qualificar o acesso das mulheres assentadas e da agricultura familiar às políticas públicas do MDA propiciou a capacitação de 7.139 mulheres em 86 territórios da cidadania. Ver: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpnr-org/resultados>.

⁶ Suprimimos algumas tarefas muito específicas que poderiam identificar a liderança.

⁷ <http://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>.

⁸ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos. O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SE-

SAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).” Ver: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>.

⁹ Anotações do caderno de campo.

REFERÊNCIAS

Abreu e Lima, M. S. 2010. As mulheres no sindicalismo rural, in *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Editado por P. Scott e R. Cordeiro. 2 ed. pp. 101-123. Recife: ed. Universitária da UFPE.

Bordalo, C. A. 2011. Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cappellin, P. 1989. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986, in *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. Editado por A. O. Costa e C. Bruschini, pp. 225-298. São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas.

Cordeiro, R. 2010. Empoderamento e mudanças nas relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco, in *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Editado por P. Scott e R. Cordeiro. 2 ed. pp. 145-171. Recife: ed. Universitária da UFPE.

Elias, N., e J. L. Scotson. 2000. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fischer, I. R. 2006. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.

Jalil, L. M. 2013. As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. Tese de Doutorado, Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Oliveira, M. S. L. 2011. Os espinhos, as flores e os frutos do mandacaru: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande.

Paulilo, M. I. S. 2004. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas* 12:229-252.

Silva. C.; e, A. P. Portella. 2010. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. in *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Editado por P. Scott e R. Cordeiro. 2 ed. pp. 127-144. Recife: ed. Universitária da UFPE.

Recebido em 25/02/2017

Aprovado em 24/03/2017